



## MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

ATA N.º 23/2019

*Da reunião pública ordinária da Câmara Municipal de Alcouthim*

*Realizada em 11 de dezembro de 2019*

----- Aos onze dias do mês de dezembro de dois mil e dezanove, nesta Vila de Alcouthim, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, reuniram-se em reunião pública ordinária, os membros da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Osvaldo Gonçalves, Paulo Paulino, Ana Custódio, José Galrito e Luís Conceição, presidente e vereadores do referido Órgão do Município, cuja ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa. -----

----- **ABERTURA DA REUNIÃO:** -----

----- Em cumprimento com o n.º 1 do artigo 78.º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, esteve presente na reunião Ana Filipa Custódio, em suplência do vereador Jorge Inácio. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não existiram quaisquer intervenções. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** A vereadora Ana Custódio usou da palavra para solicitar informação sobre o Gabinete de Inserção Profissional (GIP), nomeadamente horário de funcionamento, número de utentes, taxa de sucesso. -----

----- O presidente da Câmara interveio para mencionar que solicitará ao gabinete os referidos dados, e posteriormente dará conhecimento. De seguida elaborou uma pequena resenha sobre o processo do GIP, designadamente sobre

o funcionamento e entidades parceiras do projeto (Instituto do Emprego e Formação Profissional, Associação Odiana, Cruz Vermelha Portuguesa – Extensão de Tavira). -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **INFORMAÇÕES DIVERSAS - FINANÇAS MUNICIPAIS:** - Foi presente o resumo diário modelo T-dois da Tesouraria (n.º 235) respeitante ao dia 10 de dezembro, que apresentava os seguintes resultados: -----

----- Total de Movimentos de Tesouraria - € 2.137.757,22; -----

----- Operações Orçamentais – € 1.765.489,24; -----

----- Operações Não Orçamentais - € 364.864,99. -----

A Câmara Municipal tomou ainda conhecimento: -----

Ofício da Direção Geral do Tribunal de Contas, referente à Homologação da conta relativa à execução de 2016; -----

Despacho n.º 65/2019, referente à Empreitada de Execução de Recuperação do Moinho de Vento da Pateira para Observatório Astronómico e Casa do Campo Moinho A – Não adjudicação; -----

Despacho 70/2019, referente à Empreitada do Espaço para Dinamização de Produtos Endógenos de Alcoutim – Aprovação PSS; -----

Despacho 73/2019, referente à Empreitada de Execução do Pavilhão Industrial – Abertura de Procedimento. -----



----- **APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DA ATA N.º 22/2019:** O sr. presidente pôs à discussão a: -----

----- **Ata n.º 22/2019**, da reunião pública ordinária, realizada no dia 11 de dezembro de 2019, cujo texto foi previamente distribuído pelos membros presentes. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a referida Ata. -----

A vereadora Ana Custódio não participou na discussão e votação do documento, por não estar presente na referida reunião. -----

----- **PROPOSTA N.º 246/2019 – EMPREITADA DE EXECUÇÃO DO**

 2 

R

**LOTEAMENTO NA ALDEIA DE MARTIM LONGO JUNTO À 2.ª FASE DA AVENIDA DE ACESSO À EBI – REDUÇÃO DE GARANTIA BANCÁRIA REFERENTE AO ADIANTAMENTO:** Foi presente uma proposta do Vice-presidente da Câmara, Paulo Paulino, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar que se proceda à aprovação da redução da garantia bancária no valor de 238.223,01 € emitida pelo Banco Comercial Português, S.A referente ao adiantamento de 30%, na importância de 13.944,78 €, passando a mesma a ser do valor de 214.357,71 €. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 247/2019 – CENTRO PAROQUIAL DE VAQUEIROS – ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS ELEVADORES:** Foi presente uma proposta do vereador da Câmara, José Galrito, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar que a Câmara Municipal nos termos do n.º 4 do artigo 10.º do Regulamento Municipal de Taxas, Licenças e Outras Receitas, reconheça a concessão da isenção da taxa requerida pelo Centro Paroquial de Vaqueiros, no que concerne à inspeção periódica do elevador da referida instituição. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 249/2019 – PROCESSO DISCIPLINAR 01/2019 - DECISÃO:** Foi presente uma proposta do presidente da Câmara, Osvaldo Gonçalves, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar nos termos das disposições conjugadas do n.º 3 do art.º 55 do Regime Jurídico das Autarquias Locais e do n.º 4 do 197.º e artigo 220.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas: Aplicar a sanção disciplinar de despedimento à trabalhadora, Márcia Danier Rodrigues Arruda Fang Hou, nos termos do disposto nos artigos 180.º n.º 1 d) e no artigo 187.º da LGTFP; bem como participar os Autos do procedimento,

 extraindo cópia certificada, ao Ministério Público ao abrigo da disposição legal do número 4 do artigo 179.º da LGTFP. -----

De seguida procedeu-se à votação, por escrutínio secreto. -----

A votação foi a seguinte: -----

Número de votantes: 5 (cinco); -----

Sim: 4 (quatro); -----

Não: 0 (zero); -----

Branco: 1 (um); -----

Nulos: 0 (zero); -----

----- Pelo que a Câmara Municipal, deliberou por maioria, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 250/2019 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA**

**GENÉRICA FAVORÁVEL À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS**

**PLURIANUAIS PARA O ANO DE 2020:** Foi presente uma proposta do

presidente da Câmara, Osvaldo Gonçalves, a qual se anexa à presente ata para

os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara

Municipal deliberar ao abrigo das disposições legais e enquadramento

supracitados, a Câmara Municipal delibere e submeta à Assembleia Municipal:

a) Que a Câmara Municipal delibere aprovar e submeter à Assembleia

Municipal proposta para que este Órgão emita autorização prévia genérica

favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, que

resultam de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados; -----

b) Que delibere solicitar à Assembleia Municipal que este Órgão, para os

efeitos previstos na alínea c) do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro,

alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, e do artigo 12.º do

Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de Junho, na autorização prévia genérica

favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal

abranja ainda os encargos não previstos no PPI que não excedam o limite de

75.000,00€ (setenta e cinco mil euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor,

em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de

execução de três anos; -----

R

c) Que delibere ainda a Câmara Municipal, que a emissão de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos pelo Órgão deliberativo seja dada na condição que, além das condições previstas acima, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas; -----

d) Que mais delibere a Câmara Municipal que, na sequência do pedido de autorização prévia formulado, seja igualmente autorizado a delegar no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, relativa à despesa de funcionamento de carácter contínuo e respetivo desde que previamente dotada a rubrica de despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1 e 2, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública; -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 1 (uma) abstenção da vereadora Ana Custódio, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 251/2019 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE ALCOUTIM E PEREIRO – FINANCIAMENTO DAS CANDIDATURAS AO**

**IEFP:** Foi presente uma proposta do presidente da Câmara, Osvaldo Gonçalves, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea ccc) do n.º 1 do Artigo 33º, conjugado com a alínea j) do Artigo 25º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, aprovar a remissão para aprovação da Assembleia Municipal a atribuição de comparticipação financeira à União de Freguesias de Alcoutim e Pereiro no valor de 9.761,38 € (nove mil setecentos e sessenta e um euros e trinta e oito cêntimos) para fazer face aos valores não comparticipados pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, repartido nos anos de 2019 e 2020 da seguinte forma :a) 2019 – 4.196,42 €; b) 2020 – 5.564,96 €. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **MINUTA DA ATA:** Nos termos e para os efeitos do artigo 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, bem como o disposto no nº 4 do artigo 20º do Regimento da Câmara Municipal de Alcoutim, foram deliberadas na Reunião de Câmara de 11 de dezembro de 2019, as propostas acima referidas, e para que as mesmas adquiram eficácia, conforme previsto no nº 4 do artigo supra citado, foi lida a minuta da Ata, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E nada mais havendo a tratar, pelo Excelentíssimo Senhor presidente, foi encerrada a reunião, pelas nove horas e quinze minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser assinada pelo senhor presidente e por mim, José Domingos Teixeira Pires, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Cultura e Desporto, da Câmara Municipal de Alcoutim que a redigi, e mandei lavrar. -----

O presidente

O secretário